



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde

Ofício N° 27/2021 - SES/SINFRA

Brasília-DF, 03 de fevereiro de 2021.

Senhor Diretor-Presidente,

Trata-se do Processo n° 35.495/2018 do TCDF, que possui a seguinte ementa:

Representação, com pedido de concessão de medida cautelar, apresentada pela empresa BETTA Instalação, Manutenção e Comércio Ltda em face de possíveis irregularidades encontradas no Pregão Eletrônico n° 094/2017-ASCAL/PRES, realizado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP

Por meio da Decisão Liminar 53859001, o Relator assim decidiu:

- I. tomar conhecimento da Representação (peça 107), oferecida pela Empresa Betta Instalação, Manutenção e Comércio LTDA, e respectivos anexos (peças 105, 106 e 108 a 117);
- II. determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap, com fulcro no art. 230, § 9º c/c. o art. 248, V, do RI/TCDF, que, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhe circunstanciados esclarecimentos sobre o teor da Representação em tela;
- III. conceder à Empresa ENGEPOM Equipamentos para Refrigeração Ltda. a oportunidade de apresentar as alegações que entender pertinentes acerca dos pontos levantados na Representação, no prazo de 5 (cinco) dias;

Conforme explicado no Memorando n° 038/2021 - CONAD/CONT (55239505), o IGESDF realmente não é parte do referido processo, contudo eventual decisão que o Tribunal de Contas do Distrito Federal poderá afetar contratos de interesse da instituição, isto porque o objeto da representação cita possível sobreposição de objeto entre os Contratos n° 076/2020 (IGESDF) e 134/2020 (NOVACAP), para manutenção de câmaras frias, conforme trecho transcrito abaixo:

4. Inicia a petição tratando dos requisitos de interesse e legitimidade da Representante.

5. Em seguida, apresenta novos fatos acerca da licitação tratada nos autos:

A empresa representante participou do Pregão Eletrônico n° 094/2017 – ASCAL/PRES, realizado no dia 16/10/2019, do tipo Menor preço Unitário – lote único (DOC. 04/05 – Edital e Termo de Referência), cujo objeto foi: (...) Ultrapassada a disputa, a administração firmou em 04.12.2020 um contrato administrativo com a empresa tida por vencedora, ENGEPOM EQUIPAMENTOS

PARA REFRIGERAÇÃO LTDA9 . O valor total do presente Contrato é de R\$ 1.133.888,11 (um milhão, cento e trinta e três mil oitocentos e oitenta e oito reais e onze centavos) anuais, o que representa cerca de R\$ 94.490,66 mensais (vide contrato 134/2020). (grifos nossos)

6. Discorre então sobre possível sobreposição de objeto da atual avença a contrato já existente:

Ocorre que desde que lançou a licitação na praça a Novacap não percebera que boa parte do objeto do contrato em tela já teria sido contratado através de outra licitação.

Diversos fatos ocorreram de maneira superveniente à licitação em tela, tais como uma representação no TCDF e a assinatura de contratos de órgãos que estavam constando do objeto originário, ou seja, o objeto foi ao longo desses 14 meses desde o lançamento do edital totalmente esvaziado em funções desses fatos. O termo de referência inicial constava os seguintes locais para prestação de serviços:

1.4.2 LOCAIS ONDE SERÃO EXECUTADOS OS SERVIÇOS DO OBJETO:
ENDEREÇO 1 - HBDF - Hospital Base no Bloco da anatomia - Área Especial - Plano Piloto. 2 - HRAN - Hospital Regional da Asa Norte, Bloco da anatomia - SMHN - Área Especial - Plano Piloto 3 - HRAS/HMIB - Hospital Regional da Asa Sul, Bloco da anatomia - SGAS - QD 608/609 - L2 Sul - Plano Piloto 4 - HRG - Hospital Regional do Gama, Bloco da anatomia - Área Especial nº 01 - Setor Central do Gama 5 - HRP - Hospital Regional de Planaltina, Bloco da anatomia - St. Hospitalar Q 1, s/n - Planaltina - DF 6 - HRS - Hospital Regional de Sobradinho, Bloco da anatomia - Quadra 12 - Área Especial - Setor Central 7 - HAB - Hospital de Apoio de Brasília no Bloco da anatomia - SRPN, via N4 - Plano Piloto 8 - HRBZ - Hospital Regional de Brazlândia no Bloco da anatomia - Área Especial nº 6 - Setor Tradicional 9 - HRPN/Pa - Hospital Regional de Paranoá no Bloco da anatomia - Quadra 03 - Área Especial 10 - HRSAM - Hospital Regional de Samambaia - QS 614, Conjunto C - Lotes 01 e 02 11 - HRC - Hospital Regional de Ceilândia no Bloco da anatomia - QNM17 - Área Especial 12 - HRT - Hospital Regional de Taguatinga no Bloco da anatomia - QNC - Área Especial nº 24 - Taguatinga Norte 13 - HRGU - Hospital Regional do Guará no Bloco da anatomia - Área Especial QI 06, Lote C - Guará I 14 - HRSt Maria - Hospital Regional de Santa Maria - Câmara fria e Câmara de Lixo Quadra AC 102 Conjunto A, B, C e D 15 - DIASF - Diretoria de Assistência Farmacêutica - SAGP L G - SIA Parque de Apoio. 16 - NIAB - Setor Hospitalar Sul 17 - CENTRAL DISTRITAL DA REDE DE FRIOS DO PROGRAMA NACIONAL - SAI

Anteriormente a assinatura do contrato 134/2020 com a empresa Engepom, em 30.06.2020, o IGESDF assinara o contrato administrativo Nº 076/2020 MERCADO DIGITAL Nº 038/2020 - IGESDF PROCESSO SEI 04016-00026807/2019-72 com a empresa Climática Engenharia, em que consta o mesmo objeto e dois endereços que constam no edital da Novacap, a saber (vide contrato anexado):

1 Hospital de Base SMHS, Área Especial, Quadra 101 - Asa Sul, Brasília - DF, 70335-900; 2 Hospital Regional de Santa Maria AC 102, Blocos, Conj A/B/C - Santa Maria, Brasília - DF, 72502-100; Nesse caso, percebe-se claramente uma sobreposição de objetos com o

objeto licitado da Novacap, sem que a NOVACAP diminuísse os valores de seu contrato original, acarretando prejuízos aos cofres públicos.

Assim, fácil verificar que dos valores pagos pela Novacap no contrato 134/2020 já anexado, cerca de R\$ 27.000,00 reais mensais já são pagos pelo Governo do Distrito Federal no âmbito do contrato 076/2020 mercado digital 038/2020 do IGES, gerando assim um prejuízo tendo em vista a sobreposição dos objetos. Esse pode ser o valor do prejuízo a ser evitado urgentemente. Também se mostra evidente que os mesmos locais de prestação de serviços que constam no IGES já constavam no edital da Novacap, e o contrato foi assinado sem qualquer decréscimo de valores.

7. Afirma ter apresentado tais informações à Novacap:

Pior que isso é que a representante avisou a Novacap sobre tais irregularidades, conforme ofício em anexo, todavia, esta ficou-se inerte e fez ouvidos de mercador ao que fora denunciado, enviando uma resposta lacônica, sem qualquer sentido e sem praticar qualquer ato capaz de obstar esses prejuízos. (vide resposta anexada13)

8. Prossegue alegando:

Ora os valores praticados pela ora representante, após subtrair os objetos já executados por outra empresa e aqui em sobreposição, seriam menores que os valores praticados pela empresa ENGEPOM. A permissão de tal situação terá consequências incontornáveis para a administração, pois ainda assim a proposta apresentada pela empresa vencedora e que veio a assinar a avença não condiz com o termo de referência do certame.

Ora, a nosso visto, o contrato assinado com a empresa ENGEPOM foi totalmente desfigurado, além da sobreposição denunciada, representando com isso ofensa gravíssima à lei 8666/93, em especial aos artigos 57 e 65 e ainda ao art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e ao art. 37, caput e inciso XXI, da Constituição Federal e lei do pregão eletrônico, pois necessário ainda que a licitação seja refeita e anulado o presente contrato.

9. Aduz, outrossim, que houve descumprimento do edital e do termo de referência da licitação no que tange ao início da execução contratual:

A empresa representante recebeu um ofício/carta 11/2020 da SES/SEINFRA/DEA, em que lhe avisa sobre o início dos serviços da empresa contratada e avisa sobre a assinatura do contrato que se deu em 04.12.2020 (vide carta anexada15). Todavia, é bom que se diga que o contrato além de ter objeto sobreposto com outro contrato, já revela um pronto descumprimento do edital que no item 5.5, letra g, assim previa:

g) A CONTRATADA dará início aos serviços imediatamente após a assinatura do Contrato, conforme o item 10.1-Diretrizes Gerais do Termo de Referência.

Ora, o edital previra “imediatamente à sua assinatura”, o certo é que os serviços somente serão iniciados 30 dias após a assinatura do contrato, já descumprindo tal condição de antemão. O termo de referência traz a mesma disposição, vejamos:

10.1 DIRETRIZES GERAIS - A CONTRATADA dará início aos serviços especificados neste Termo de Referência imediatamente após a

assinatura do Contrato.

10. Posteriormente, argumenta acerca do pedido de medida cautelar e finaliza requerendo ao Tribunal, in verbis:

Por todo o exposto, requer:

a) CAUTELARMENTE, que seja determinada a SUSPENSÃO do início da execução do contrato 134/2020 firmado pela Novacap com a empresa ENGEPOM (com data prevista para 5.01.2021), tendo em vista a sua sobreposição de objetos com outro contrato firmado pela mesma administração pública, sob pena de causar prejuízos aos cofres distritais. NO MÉRITO, requer:

b) Seja julgada procedente a presente representação para determinar que a NOVACAP ANULE o contrato administrativo 134/2020 firmado com a empresa ENGEPOM e que fora posteriormente firmado ao contrato 038/2020 do IGESDF em que há sobreposição de objetos com o primeiro, e caso haja pagamentos feitos e oriundos da sobreposição dos objetos aqui descritos, devolução imediata dos mesmos, sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial;

c) Requer ainda a oitiva do MP/TC, por ser medida que se impõe;

d) Requer acesso eletrônico dos autos com o devido cadastramento dos advogados, e que seja deferida a sustentação oral quando do julgamento com a devida notificação dos advogados para a prática do ato em sessão. (grifos nossos)

O contrato da NOVACAP é oriundo do Processo 0112-000770/2017, que segue também a esse instituto para as consultas necessárias. As unidades do IGESDF foram incluídas no referido processo antes da criação do Instituto Hospital de Base do Distrito Federal, sendo o processo ano a ano de 2017.

Face ao exposto, faz-se necessário que esse Instituto de Gestão Estratégica em Saúde se manifeste sobre eventual sobreposição de objeto nos referidos contratos, e, em caso positivo, se há interesse na manutenção dos equipamentos desse IGESDF no contrato da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, para que possamos solicitar a supressão contratual.

Rogamos pelo retorno da resposta com a manifestação de Vossa Senhoria, se possível até o dia 05/02/2021, tendo em vista o processo em andamento no TCDF.

Atenciosamente,

MÁRIO HENRIQUE FURTADO ROCHA DE SOUSA
Subsecretário de Infraestrutura em Saúde

Ao Senhor
Paulo Ricardo Silva
Diretor-Presidente

Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
Brasília/Df



Documento assinado eletronicamente por **MARIO HENRIQUE FURTADO ROCHA DE SOUSA - Matr.1701148-5, Subsecretário(a) de Infraestrutura em Saúde**, em 03/02/2021, às 13:41, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **55383710** código CRC= **FA7AED88**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
SRTVN Quadra 701 Conjunto C, S/N, 1ª e 2º andares, Ed. PO700 - Bairro Asa Norte - CEP 70719-030 - DF

Site: - www.saude.df.gov.br